

# GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

**Comissão de Tributos Diretos**  
**23 de Novembro de 2022**

---

# Agenda

## 1. Cenário político

- Agenda GETAP Novo Governo

## 2. *Update* de Projetos Relevantes

- TBU – prorrogação crédito presumido e consolidação
- *Transfer Pricing*
- Tributação dos dividendos – risco 2022
- Confia
- PLP 17/22 – CODECON

## 3. Outros Temas de Interesse dos Associados

- PEC 128/19 – Reforma Tributária

# MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Os principais temas da agenda tributária para o país

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

## MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

### PROBLEMAS

- Complexidade excessiva e falta de clareza, uniformização e critérios
- Tributação desequilibrada: renda x consumo x folha de pagamento
- Profusão de regimes de tributação favorecidos e diferenciados: guerra fiscal entre os entes, conflitos de competência e créditos acumulados
- Não aderência às melhores práticas internacionais
- Desestímulo a investimentos e desvantagem competitiva no mercado global



O Relatório *Tax Complexity* aponta o Brasil como um dos países mais complexos do mundo (o país ocupa a 60ª posição entre as 69 nações pesquisadas)

(fonte: "Tax Complexity" - LMU Munich; University of Paderborn, 2020)

### SOLUÇÕES EM DISCUSSÃO



#### REFORMAS DO IMPOSTO DE RENDA

- Equilíbrio na carga: renda corporativa x dividendos
- Reformulação JCP: ACE
- Reformulação TBU
- Transição: manter isenção dos lucros do passado
- TP - *Arm's length*: evitar bitributação ou não tributação



#### REFORMA DE CONSUMO - IVA (NACIONAL OU DUAL):

- Princípio do destino
- Não-cumulatividade plena (crédito financeiro e restituição rápida)
- Tributação transparente
- Padronização e eliminação de distorções
- Transição: garantia ao direito adquirido e investimentos realizados
- Manutenção/redução da carga tributária



**EQUILÍBRIO CARGA TRIBUTÁRIA**  
(tributação da renda x tributação do consumo)

## SIMPLIFICAÇÃO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

### PROBLEMAS

- Excesso de obrigações acessórias
- Alto custo (financeiro, tempo e pessoal) para cumprimento das etapas de *compliance* e acompanhamento da legislação
- Redundância de informações para os entes (municipal, estadual e federal)
- Muitas por declarações divergentes

### POSSÍVEIS SOLUÇÕES

- PROJETO SPED: otimização das informações prestadas com eliminação de obrigações estaduais redundantes
- SANEAMENTO DAS OBRIGAÇÕES: eliminação de informações desnecessárias para as obrigações tributárias (Bloco K, e-Social, redução do volume de retenção de tributos)



**7 mil horas anuais** é o tempo médio gasto só para elaboração de obrigações acessórias **federais** por empresas multinacionais (fonte: Pesquisa Compliance Federal GETAP 2019)



**427 horas anuais** é o tempo médio gasto só para elaboração de obrigações acessórias **estaduais** por estabelecimento (fonte: Pesquisa Compliance Estadual GETAP 2021)

## SEGURANÇA JURÍDICA E REDUÇÃO DE CONTENCIOSO

### PROBLEMAS

- Cultura do litígio: antagonismo Fisco x contribuintes
- Legislação processual ineficiente e custosa para o Fisco e os contribuintes
- Morosidade na resolução de conflitos
- Alto volume de processos tributários na esfera administrativa e judicial

### POSSÍVEIS SOLUÇÕES

- Reforma do processo administrativo e judicial tributário: integração, uniformização e padronização
- Adoção das boas práticas internacionais de prevenção e solução de litígios:
  - Autorregularização, conciliação, mediação, transação e arbitragem
  - Criação de programas de conformidade cooperativa fiscal: tratamento diferenciado de acordo com o comportamento do contribuinte

## R\$ 5,4 trilhões

é o valor estimado do contencioso tributário administrativo e judicial

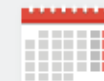
(fonte: Contencioso Tributário no Brasil. Relatório de 2020 - Inspier)



## R\$ 12,5 milhões

é o custo médio anual das empresas com pessoal interno, honorários advocatícios e garantias no contencioso tributário judicial federal

(fonte: Relatório Análise de Impacto Regulatório - Cadastro Fiscal Positivo. ME)



## 18 anos e 11 meses

é tempo médio do contencioso tributário no Brasil

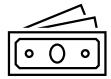
(fonte: Desafios do Contencioso Tributário Brasileiro - ETCO/EY)

# Novo Governo



**Prioridades para 2023:** reformas já em discussão mas com foco no social e nos ricos

- **Reforma consumo (IVA):** não está claro qual proposta (PEC 45 ou PEC 110)



- **Reforma IR:** diminuir a regressividade (ricos pagam mais) - tributação dos dividendos e correção da tabela do IRPF (promessa de que os ricos pagarão % mais tributos do que os pobres)

- **Grandes fortunas:** principal fonte de resistência pode vir do Congresso (avesso a pautas desta natureza)



- **Incentivos fiscais:** integrantes do novo governo fazem menção à revogação de incentivos fiscais

# Update de Projetos urgentes

## TBU

MP pendente de publicação

Reunião na Casa Civil para publicação da MP em 22.11.22

Pendente: assinatura do presidente e alinhamento com CN



A RFB enviou MP à Casa Civil. O texto conta com o apoio dos contribuintes



O objetivo é prorrogar até 2024, os mecanismos de crédito presumido e a consolidação e discutir o modelo brasileiro nesse período



## Transfer Pricing

MP pendente de publicação

Reunião na Casa Civil para publicação da MP em 22.11.22

Execução é incerta em razão do contexto político



Proposta foi criada em parceria com a OCDE e o BID - crucial para acessão do Brasil na organização



Vedação da dedutibilidade de "tax credits" nos EUA impulsionaram a busca de solução até o final deste ano



## Lucros e dividendos

PL 2337/21 ou outro

Tributação de lucros e dividendos, redução de IRPJ/CSLL, fim do JCP e ajuste da tabela do IRPF



O projeto não conta com o apoio do relator, sen. Ângelo Coronel, na CAE, mas pode ser levado direto à Plenário



Lula manifestou interesse em atualizar a tabela do IRPF e compensar as perdas arrecadatórias com tributação de lucros e dividendos



# Update Projetos Relevantes

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

## CONFIA - RFB



### ➤ Teste de Procedimentos

#### Objeto:

- Gerente de relacionamento
- Consulta dialogada
- CND: processo diferenciado
- Temas controvertidos

**Participantes:** 9 empresas selecionadas

**Status:** em andamento

**Prazo:** 4 meses (*prorrogável + 4 meses*)

### ➤ Câmara de “Sanções Tributárias”

**Objetivo:** Definir tratativa de (não) aplicação de penalidades e em que situações

- *Pleito das empresas: sem penalidades*

**Status:** Após formação da CT, encontra-se na fase de estudos e “escuta” com especialistas

**Prazo:** 10/05/23

## PLP 17/22 - CODECON



### ➤ Status: Aprovado na Câmara dos Deputados

#### Pontos de preocupação:

- Dever de declarar operações relevantes (contribuinte e daqueles que o auxiliam no cumprimento das suas obrigações tributárias)
- Lei complementar aplicável aos 3 entes

#### Status GETAP:

- Manifestação contrária ao ponto enviada ao Relator do projeto CD e ao Senado Federal onde tramita o PLP 125/2022 com o mesmo texto

#### Próximos passos:

- GT do tema CAJ – manifestar posicionamento quando relator for apontado
- Manter o acompanhamento da tramitação em conjunto com o PLP 125/2022

# Outros temas para discussão

## PEC 128/2019 – Reforma Tributária

- **Status:** aprovada na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ em 09.11.22  
segue para a análise de uma comissão especial e, depois, do Plenário
- **Principais pontos:**
  - Institui:
    - IRRF sobre lucros e dividendos (4%), exclusivamente na fonte (lucro real, presumido, arbitrado ou outra) – **atenção:** art.118, III, ADCT: “a alíquota do imposto de renda incidente sobre a distribuição de lucros ou dividendos, a qual se refere o art. 117, III, deste Ato, será acrescida de 4 pontos percentuais a cada ano” – do 3º ao 6º ano - IRRF pode chegar a 20%
    - IMF (imposto sobre movimentação financeira)
    - IVA dual: IBS federal (unificando PIS, Cofins e IOF), e IBS estados e municípios (unificando ICMS e ISS)
  - Reduz:
    - IRPJ: alíquota reduzida na mesma proporção da tributação sobre os lucros e dividendos
    - INSS empregado e empregador
  - Extingue: IOF, PIS, COFINS, ICMS, ISS e INCRA
- **Próximos Passos :** acompanhar a evolução

**Back**

---

# Sumário

## 1. Cenário Político

Foi apresentada aos associados a Agenda GETAP Novo Governo – o infográfico preparado pelo GETAP com os principais temas da agenda tributária para discussão com interlocutores, bem como as prioridades do Novo Governo para 2023 (reformas já em discussão, mas com foco no social e na diminuição da regressividade).

## 2. *Update* dos principais projetos

- TBU – prorrogação crédito presumido e consolidação: reunião na Casa Civil para publicação da MP em 22.11.22 - pendente: assinatura do presidente e alinhamento com CN
- *Transfer Pricing*: reunião na Casa Civil para publicação da MP em 22.11.22 - execução incerta em razão do contexto político
- Tributação dos dividendos: novo governo manifestou interesse em atualizar a tabela do IRPF e compensar as perdas arrecadatórias com tributação de lucros e dividendos
- Confia: foi comentado sobre o início do Teste de Procedimentos (objetivo, participantes, status e prazo) e da Câmara de Sanções Tributárias (objetivo, status e prazo)
- PLP 17/22 – CODECON: foi informado que o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, e que tem como um dos pontos de preocupação o dever de declarar operações relevantes (contribuinte e daqueles que o auxiliam no cumprimento das suas obrigações tributárias). Foi formado um GT do tema CAJ para discutir o PL e preparar manifestação a ser enviada ao relator quando nomeado.

## 3. Outros assuntos de interesse dos associados

Foram comentados os principais pontos da PEC 128/2019, que trata da Reforma Tributária, aprovada na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ em 09.11.22 e segue para a análise de uma comissão especial e, depois, do Plenário.